



Esboços: histórias em contextos globais
ISSN: 2175-7976
esbocos@contato.ufsc.br
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Castro, Miguel Barboza

Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”

Esboços: histórias em contextos globais, vol. 27, núm. 45, 2020, Mayo-, pp. 249-263

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e6839>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594065239008>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



USOS DO PASSADO SENSÍVEL EM AMBIENTE DIGITAL: O “BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL” E O PROJETO “EVA. STORIES”

Uses of the sensitive past in the digital environment: the “*Brasil: Nunca Mais Digital*” collection and the “eva.stories” project

Miguel Barboza Castro^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2865-6795>
E-mail: miguel.castro@ufrgs.br

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

DOSSIÊ

História digital e global: novos horizontes para a investigação histórica

RESUMO

O presente artigo refletirá sobre usos do passado sensível no ambiente digital. Para tanto, serão utilizados como objetos de análise duas iniciativas: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”. A primeira iniciativa diz respeito ao projeto lançado em 2013, que insere o acervo do “Brasil: Nunca Mais” na era digital, tornando seus arquivos acessíveis a qualquer pessoa em qualquer parte do mundo – antes disponíveis apenas em acervos físicos, impressos ou microfilmados. A segunda é o projeto “eva.stories”, criado em 2019, que parte da seguinte premissa: “E se uma menina, durante o Holocausto, tivesse Instagram?” A iniciativa se utiliza do Instagram (principalmente do formato “stories”) para desenvolver setenta episódios retratando eventos ocorridos com Eva Heyman – adolescente de 13 anos enviada ao campo de concentração em Auschwitz-Birkenau, em 1944. O objetivo do artigo visa por em perspectiva essas iniciativas (inseridas em seus respectivos contextos históricos, técnicos, metodológicos etc.), a fim de pensar seus usos e refletir sobre efeitos da instrumentalização do passado em ambiente digital (e no escopo da histórica pública). A ideia é pensar o papel da internet enquanto catalisadora de formas de disseminar, resistir e pensar sobre a memória e eventos traumáticos, além de compreender sua interação com diferentes audiências.

PALAVRAS-CHAVE

História Digital. Usos do passado. Internet.

ABSTRACT

This article reflects on sensitive uses of the past in the digital environment. To attain this aim, two initiatives are approached as objects of analysis: “Brasil Nunca Mais Digital” [the “Brazil: Never Again” digital collection] and “eva.stories”. The first of these initiatives is the project launched in 2013, which inserts the “Brasil: Nunca Mais” documentation into the digital age by making its archives accessible to anyone anywhere in the world (as previously, it was only available in physical, printed or microfilmed collections). The second initiative is the “eva.stories” project, created in 2019 with the following premise: “What if a girl in the Holocaust had Instagram?” It uses Instagram (mainly, its “stories”-feature) to produce seventy episodes depicting events with Eva Heyman – a 13-year-old girl sent to the Auschwitz-Birkenau concentration camp in 1944. The aim of this paper is to put these initiatives into perspective (considering their respective historical, technical and methodological contexts, among other aspects) to think about their uses and examine the effects of the instrumentalization of the past in the digital environment (and in the field of public history). Its final purpose is to reflect on the role of the Internet as a catalyst of ways to disseminate, resist and think about memory and traumatic events, while understanding its interactions with different audiences.

KEYWORDS

Digital History. Uses of the past. Internet.

Como retratar um evento que, por sua monstruosidade, foi durante certo tempo irrepresentável? Há forma de divulgar o testemunho do sobrevivente e assim “simbolizar o real”, o traumático? Essas perguntas exprimem questões que suscitaram e suscitam debates¹ extensos no campo das humanidades. No entanto, desde os anos 2000,² o *boom* da internet e da computação desenvolveu uma era digital que cada vez mais faz do humano a simbiose do analógico/digital e, consequentemente, produz implicações aos usos de passados sensíveis no ambiente on-line – e fora dele.

Ao longo do trabalho, pretende-se pensar os efeitos da instrumentalização do passado no ambiente digital, inseridos no escopo da história pública, em que a relação entre audiência e historiador não é a mesma tradicionalmente³ constituída no campo da História. Preconiza-se, nesse ambiente de intervenção pública do historiador e de seus domínios, uma “autoridade partilhada” (FOSTER, 2014), em que o público é enxergado “não como exclusivamente, ‘audiências’, consumidores de história, mas, em alguma medida, [...] público gerador de história” (MALERBA, 2017, p. 141). Portanto, essa interação entre público e historiador acerca desses usos do passado configura-se um dos pontos de reflexão do presente artigo.

Levando em conta o que foi apresentado até aqui, serão examinadas as iniciativas “Brasil Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”, buscando entender e propor a reflexão em torno dos usos do passado traumático/sensível, em plataformas tão distintas, com públicos-alvo diversos e instrumentais técnicos e “teóricos” variados.

“BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL”: DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO, AGORA ON-LINE

O projeto “Brasil: Nunca Mais” foi uma iniciativa de religiosos – ligados, principalmente, às igrejas católica e presbiteriana – e de advogados que objetivavam colher informações, junto ao Superior Tribunal Militar (STM), a respeito de violações dos direitos humanos pelo Estado brasileiro ao longo da ditadura civil-militar, além de preservar os processos judiciais de desaparecimento no período de redemocratização para reunir essa documentação em um “livro-denúncia”. Advogados de presos políticos acusados pelo Estado brasileiro percebem que podem se aproveitar do período de 24 horas, da custódia provisória dos autos (a partir de 1979 com a promulgação da Lei da Anistia) para executar um processo de reprodução (e futura divulgação) dos processos. A partir do financiamento de entidades ligadas à Igreja⁴ foi possível dar

¹ Sobre essa questão, é possível comentar sobre o *Historikerstreit*, a “querela dos historiadores”, ocorrida no campo político e intelectual alemão na década de 1980. *Grosso modo*, se trata de uma disputa em torno do modo mais adequado de se retratar os eventos da Segunda Guerra Mundial, principalmente sobre a Alemanha nazista e o Holocausto. Além desse evento, o conceito *vergangenheitsbewältigung* (que significa “reconciliar-se com o passado”) também pode ser citado para compreender essa disputa.

² A partir dos anos 2000 percebe-se uma alteração na internet e na forma em que os usuários se relacionam com ela. Trata-se da passagem da web 1.0 para a web 2.0, que prova a passagem de um uso passivo para um uso ativo da rede (SILVEIRA, 2018).

³ “As mudanças quanto às práticas profissionais dos historiadores são de tal ordem [...] que devemos nos interrogar sobre qual impacto da história digital sobre as formas de narração do passado e sobre os tempos históricos [...]” (NOIRET, 2015, p. 29).

⁴ Conselho Mundial de Igrejas (CMI), através de Philip Potter e Charles Roy Harper Jr. “Durante o processo de reprodução dos 707 processos, foram consumidos mais de 350 mil dólares” (BAUER, 2012, p. 10).

início ao processo de cópia e microfilmagem dos autos judiciais, desenvolvendo-se na clandestinidade⁵ devido ao receio de apreensão da documentação fotocopiada.

O trabalho foi finalizado em 1985, reunindo mais de 850 mil cópias e 543 microfilmes. Após isso, foi desenvolvido o chamado “Projeto A”, que comporta quase 7 mil páginas divididas em doze tomos. Com o auxílio de jornalistas (Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto) foi produzido o “Projeto B”, que visava construir a síntese do material reunido e a produção de um livro. Assim, com alguns poucos meses de regime democrático no Brasil, em 15 de julho de 1985, o “Projeto B” foi lançado com o nome de “Brasil: Nunca Mais”, e em “[...] poucos dias, tornou-se o livro mais vendido em todo o país [...]” (BAUER, 2012, p. 11), tendo sido reimpresso vinte vezes nos primeiros dois anos de lançamento. Os documentos do projeto foram doados à Unicamp que, por sua vez, os inseriu no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth, em 1987. Como “medida de segurança” foram feitas 25 cópias do “Projeto A”, distribuídas entre instituições nacionais e estrangeiras; e o material original (microfilmes e conteúdo dos processos do STM) enviado ao Latin American Microfilm Project (LAMP).

Com o que foi analisado até o momento, fica evidente o grande impacto que o “Brasil: Nunca Mais” teve no país, principalmente por se tratar da maior iniciativa da sociedade civil em torno dos direitos à memória, verdade e justiça. No entanto, apesar da grande circulação do livro, tendo seu acervo documental espalhado por universidades e instituições dentro e fora do Brasil, surgiu a necessidade de acompanhar o impulso tecnológico que, desde os anos 1990, se torna cada vez mais inevitável, e inserir o acervo do “Brasil: Nunca Mais” no ambiente digital potencializando, ainda mais, o acesso aos processos, a divulgação dos crimes lesa humanidade cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar e impactando gerações de pesquisadores e novas gerações da sociedade civil acerca do respeito à dignidade da pessoa humana. É dessa forma que surge, em 2005, o “Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais”,⁶ que disponibilizou na íntegra a digitalização do “Projeto A”, sendo o primeiro passo em direção da inclusão do “Brasil: Nunca Mais” na era digital.

Com o projeto embrionário de inserção do “Brasil: Nunca Mais” no ambiente da web, criaram-se as bases do que veio a ser o “Brasil: Nunca Mais Digit@l”. A partir do

⁵ Em uma sala comercial, com funcionários e copiadoras, fingindo se tratar de uma copiadora comum. “As cópias, então, eram remetidas a São Paulo, inicialmente em ônibus noturnos e, posteriormente, por meio de aviões de carreira, ou por carro. Surgiu nesse momento a preocupação com a apreensão do material pela repressão [...] a alternativa para a preservação foi microfilmar as páginas de todos os autos judiciais e remetê-las à sede do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra – Suíça.” Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>. Acesso em 18 jul. 2019.

⁶ A iniciativa foi desenvolvida com o apoio de alguns centros de referência, como, mais destacadamente, o Armazém Memória. O Armazém é um centro de referência criado em 2001 que inicia sua atividade mapeando os arquivos do relatório do “Brasil: Nunca Mais”. Nas palavras do coordenador do projeto, Marcelo Zelic (também foi diretor executivo do “Brasil: Nunca Mais Digit@l”), o centro visa “[...] colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica [...] criando condições para que a memória da resistência histórica do povo brasileiro a tantas adversidades fique acessível ao cidadão para consulta e estudo não só na internet, como também nas universidades, escolas, casas de cultura, entidades civis e centros de formação populares espalhados pelo país”. Em 2005 o Armazém Memória inseriu a digitalização do “Projeto A” na web, no Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais. O projeto foi financiado com recursos públicos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Informações disponíveis em: <http://www.armazemmemoria.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2019.

pedido de repatriação dos arquivos do “Brasil: Nunca Mais” – que estavam no Center for Research Libraries, em Chicago, Estados Unidos – pelo Ministério Pùblico Federal (MPF) e da parceria entre diversas entidades pùblicas e privadas foi possível iniciar os procedimentos necessários para a inserção desse extenso acervo na internet.

Após a obtenção dos 543 microfilmes, iniciou-se o processo de conversão do material analógico para material digital (digitalização), realizado por meio do Arquivo Pùblico do Estado de São Paulo (APESP). Assim, seguiu-se executando procedimentos técnicos em torno da verificação de documentos danificados, da classificação de imagens danificadas e do tratamento digital das imagens geradas (cerca de 870 mil). A indexação do material foi feita através da DOCPRO,⁷ logo em seguida foi possível realizar a hospedagem do site, feita a partir de um servidor do MPF – por essa razão o domínio “mpf.mp.br” no endereço eletrônico do site. Em 9 de agosto de 2013 foi realizada a cerimônia de lançamento do site e, a partir dessa data, após quase trinta anos do lançamento do livro “Brasil: Nunca Mais”, o acervo completo dos 710 processos judiciais, que ao longo dos anos foram copiados, microfilmados, catalogados, escondidos, transportados por longas distâncias, digitalizados e, por fim, divulgados na íntegra na internet, tornou-se disponível, gratuitamente, em qualquer parte do mundo e por qualquer pessoa no ambiente digital. Foi o início de uma nova fase do projeto, de relevância “histórica, social, jurídica e pedagógica”⁸ em busca da defesa e do respeito da memória, da verdade e da justiça.

Após esse primeiro momento do artigo, de análise e reflexão do projeto “Brasil Nunca Mais Digital”, cabe agora dar prosseguimento às reflexões aqui propostas e tratar sobre uma segunda iniciativa, que também se insere no meio digital, para promover seus objetivos on-line em torno de um evento histórico sensível – o projeto “eva.stories”.

EVA.STORIES: AS REDES SOCIAIS E A REPRESENTAÇÃO DE UM PASSADO SENSÍVEL ON-LINE

No final de 2019, o perfil do “eva.stories” possuía cerca de 1,6 milhão de seguidores em sua página no Instagram. Essa quantidade denota o forte impacto⁹ dessa iniciativa no campo da mídia social e fora dele. Essa é uma das razões para o desenvolvimento de projetos desse tipo no ambiente digital. De acordo com Elisa Miles (2001, *apud* MANCA, 2019, p. 190, tradução nossa), “[...] a internet tem um grande potencial para ajudar a expor histórias complexas que interligam uma variedade de cronologias com experiências e as torna disponíveis para aqueles interessados

⁷ Empresa de software brasileira que desenvolve programas que permitem reunir os arquivos digitalizados em um acervo digital e garante a “[...] visualização e, principalmente, pesquisa livre e instantânea em conteúdo gerado a partir de papel ou documentos eletrônicos”. Disponível em: <http://docpro.com.br/new/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

⁸ Citação da frase proferida pelo coordenador do Armazém Memória e do “Brasil: Nunca Mais Digital”, Marcelo Zelic, na conferência de lançamento do site “BNM@”, no canal do YouTube da CNV, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VvJwCNX6LTM>. Acesso em: 18 jul. 2019.

⁹ Além desse impacto, notado na quantidade de seguidores, o projeto apresenta outro indicativo que revela sua grande repercussão. Trata-se da grande quantidade de jornais que noticiaram e exploraram questões referentes ao “eva.stories”, como *The New York Times*, *El País*, *The Guardian*, *O Globo*, *Haaretz*, *Deutsche Welle* etc.

cognitiva e emocionalmente [...].¹⁰ Assim, a fim de entender o uso do passado em uma rede social como o Instagram (entre outras questões que serão abordadas), é necessário nesse momento entender o contexto em que o projeto se alçou e as bases dessa iniciativa na web. O perfil “eva.stories” baseou-se no “Éva lányom” (“Minha filha Eva”), o diário de Eva Heyman, publicado em 1948, em húngaro, por sua mãe Zsolt Agnes.¹¹ Trata-se de um livro que reúne trinta diários escritos por Eva a partir do dia em que comemorava seu aniversário de 13 anos, com um recorte delimitado entre 13 de fevereiro e 30 de maio de 1944 – três dias antes da data de sua deportação para Auschwitz-Birkenau. Eva se referia a seu diário¹² como seu “melhor amigo” (HOLLAND, 2012, p. 53); sendo assim, a ele confiava os detalhes de seus dias, desde seus sentimentos até a descrição do que acontecia em sua família e em sua cidade.

É com essa ideia em relação ao diário que Eva Heyman anotou dia após dia os acontecimentos em sua cidade, Nagyvárad (Oradea), na Hungria. A menina descreveu sua família, e contou, por exemplo, sobre os presentes que recebeu deles em seu aniversário. Discorria sobre seus hobbies, os esportes que praticava, os idiomas que conhecia e um de seus sonhos: o de ser repórter fotográfica. Além de narrar os acontecimentos comuns na vida de uma menina de sua idade – como uma paixão por um menino de sua escola ou os momentos de lazer com sua amiga Marta –, Eva permite que o leitor do diário “[...] tenha um senso de como essa adolescente conseguiu criar para si ferramentas narrativas para analisar o que acontecia ao seu redor e assumir uma postura crítica não apenas aos que a atacavam, mas aos que atacavam a família dos demais judeus, e também da sua própria família” (SCHWARTZ, 2015, p. 119, tradução nossa).¹³

Ao longo do tempo, Eva registra sua angústia e seu temor com as situações que vêm acontecendo em sua cidade, mas principalmente com amigos e a própria família. Nota o impacto da legislação antijudaica no trabalho de seu avô: “Vovô era o presidente dos farmacêuticos de nossa cidade, mas agora ele foi retirado por que é judeu”.¹⁴ Assim, em uma perspectiva testemunhal sob a ótica pessoal, Eva descreve, de maneira indireta, uma mudança que paulatinamente avança até atingir a população de Nagyvárad, com o acirramento das políticas antisemitas – até o ponto de inflexão

¹⁰ No original: “[...] the Internet has great potential in helping to expound complex histories that interweave a variety of chronologies and experiences, and making these available to those interested in engaging cognitively and emotionally [...]”.

¹¹ Ao longo dos anos, o livro lançado por Zsolt Agnes ganhou publicações em diferentes línguas, como a edição em hebraico (1964), em inglês (1974), em alemão (2012), em francês (2013) e em espanhol (2016). Até o momento, não há edição em língua portuguesa.

¹² Há um artigo polêmico a respeito da mãe de Eva Heyman, que gira em torno da ideia de que Zsolt Agnes seria a verdadeira autora dos diários de Eva. O artigo de Gergely Kunt, publicado em 2016, defende essa ideia, utilizando como sustentação, entre outros argumentos, o fato de não existir manuscritos originais dos diários. Segundo Kunt “[...] the book was written by the mother in the format and style of a young girl’s diary to explore Éva Heyman’s short life from the child’s perspective and to help Ágnes process her grief over her daughter” (KUNT, 2016, p. 117).

¹³ No original: “[...] the diary gives the reader a sense of how this adolescent girl managed to create for herself the narrative tools to analyze what is happening around her and to take a critical stance not only toward the perpetrators who destroy her, her family’s and other Jewish people’s lives, but also toward members of her family”.

¹⁴ Trecho retirado do livro *The Diary of Éva Heyman*, Yad Vashem, (1974, p. 30, tradução nossa). Disponível em: <https://www.yadvashem.org/education/educational-materials/books/dear-diary.html>. Acesso: em 20 jul. 2019.

no diário, no dia 19 de março de 1944, em que Eva descreve com profundo pavor a chegada dos alemães. No mês seguinte, em abril, o aguçamento da ocupação nazista em Nagyvárad provoca a apreensão da bicicleta de Eva, e a obrigação de os judeus usarem “estrelas de Davi amarelas”. Em maio, inicia-se um novo *turning point* no capítulo do diário de Eva e na vida da cidade, com a ordem alemã de obrigar judeus a deixar suas casas e seus pertences a fim de seguir para os guetos.

Assim, a menina continua descrevendo o que vive naquele novo ambiente – as punições ao descumprimento de ordens nazistas, as proibições, o medo que sente e a necessidade de escrever sobre tudo aquilo, como se fosse só o que restasse de tudo o que tinha ou como se fosse um modo de escapar dos horrores.

No fim do mês de maio de 1944, Eva faz sua última anotação no diário: “Eu não posso escrever mais, querido diário, as lágrimas caem dos meus olhos”.¹⁵ Três dias após, a menina foi uma das deportadas para a Polônia e, posteriormente, enviada à câmara de gás no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau.

A partir dos horrores do testemunho de Eva, mais de setenta anos depois dos acontecimentos o empresário judeu Mati Kochavi em colaboração com sua filha Maya Kochavi financiaram, roteirizaram e dirigiram o que veio a se tornar o projeto “eva. stories”. A ideia era “atualizar” a memória do holocausto para a “geração *millennial*”, imaginando Eva Heyman sem um diário e uma caneta em mãos, mas sim um smartphone e uma conta no Instagram.

Em entrevista ao jornal *The New York Times*, o empresário diz que “A memória do Holocausto fora de Israel está desaparecendo”, e justifica a necessidade de se fazer presente no Instagram. A rede social criada em 2010 gira em torno do compartilhamento de fotografias, vídeos, mensagens e a aplicação de “filtros”. Rapidamente, o Instagram se tornou um dos aplicativos mais usados no mundo: três anos após ser lançado já contava com cerca de 150 milhões de usuários ativos.¹⁶ Em 2017, o número subiu para 800 milhões.

Sobre a rede social, as autoras Ramos e Martins (2018) dizem que “é sob a promessa de captura e compartilhamento de momentos do mundo, que versa o Instagram, em um trânsito intenso entre o singular e o banal [...]”, e assim, por meio de *shares*, *likes*, *tags*, comentários, *emojis* e demais funcionalidades,¹⁷ é possível interagir com os posts e com os demais usuários da rede.

Dessa forma, usufruindo das ferramentas presentes no Instagram (além de um marketing intenso também no “ambiente analógico”), mas principalmente dos *stories*, no dia 1º de maio de 2019 (“Dia da Memória dos Mártires e Heróis do Holocausto”, em Israel), o perfil foi lançado. Transformando pouco mais de trinta diários escritos por

¹⁵ Trecho retirado do livro *The Diary of Éva Heyman*, Yad Vashem. No original: “I can't write anymore, dear diary, the tears run from my eyes” (1974, p. 104). Disponível em: www.yadvashem.org/education/educational-materials/books/dear-diary. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁶ Disponível em: www.businessinsider.com/instagram-has-150-million-monthly-active-users-2013-9. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁷ Outra funcionalidade para entender a natureza do “eva.stories” são os próprios *stories*. A ferramenta surgiu em 2016 e ao longo dos anos ganhou inúmeros *updates* que complementam suas funções. Basicamente, permite ao usuário postar uma imagem ou algum vídeo de quinze segundos de duração que permanece no perfil do usuário ao longo de 24 horas – ou permanentemente, caso o usuário queira arquivá-lo. É possível adicionar aos *stories* algumas colagens, textos em diferentes formatações, efeitos, filtros, *emojis*, *hashtags*, *geotags* etc.

Eva em setenta *stories*; o “eva.stories” apresenta a dramatização dos acontecimentos registrados, por uma equipe formada por quatrocentas pessoas e um orçamento de 5 milhões de dólares.¹⁸

A partir da premissa “E se uma menina, durante o Holocausto, tivesse Instagram?” e da ideia de levar o smartphone (e a internet) até 1944, os setenta “episódios” mostram Eva gravando vídeos no formato *selfie*, e inserindo efeitos e frases em imagens publicadas em sequência. Além disso, o uso de *hashtags* – #reporterlife; #thisis13; #truelove; #lifeduringwar – e *geotags* – #Home; #Park, #School, #Grandpapharmacy etc. – é frequente. Assim, como se fosse uma adolescente de 2019, Eva “utiliza” as redes sociais para compartilhar um pouco de seu mundo e de sua realidade. O choque de linguagens e de *zeitgeist* (espírito de época) é sentido desde o começo, mas se intensifica conforme a “trama” conduz Eva para os momentos mais graves da perseguição nazista. Da alegria das comemorações de aniversário até as primeiras impressões de Eva das políticas antijudaicas; do horror misturado com filtros e *stickers*, com o smartphone gravando em formato vertical (padrão dos *stories*) até as cenas de entrada de tanques e tropas alemãs na cidade, esse estranhamento também pode ser explicado por se tratar de uma iniciativa inovadora. Isso não se deve ao uso de mídia social para trabalhar com o tema do Holocausto (PFANZELTER, 2017), mas das características técnicas e do formato *stories*, escolhido pelos Kochavi, para retratar um passado sensível, em que sempre há uma linha tênue entre uma representação que banalize ou não, desrespeite ou não, represente ou não.

CONVERGÊNCIAS E DISPARIDADES: REFLEXÕES NECESSÁRIAS E DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE “BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL” E “EVA.STORIES”

Após analisar individualmente questões em torno da criação, do desenvolvimento e da execução das duas iniciativas, cabe, neste momento, avançar na análise e pensar diferentes níveis acerca de implicações dos projetos – tanto no campo da História e dos variados usos do passado como naqueles relacionados ao meio on-line. No entanto, antes disso, se faz necessário discutir pontos de convergência e assimetrias entre os projetos, de modo que seja possível pensá-los em conjunto e, assim, colocá-los em perspectiva.

Enquanto o “Brasil Nunca Mais Digital” insere-se na internet com o objetivo de ampliar o acesso e expandir as possibilidades documentais de seu acervo (além de outras metas já explicitadas anteriormente), o projeto “eva.stories” ambiciona, além de criar um *buzz marketing*, atingir emocionalmente um público-alvo jovem, de modo que “impacte” quem assista, e que os horrores da *Shoah* não sejam esquecidos. Trata-se, portanto, de “largadas” semelhantes, mas trajetórias completamente distintas. Suas “largadas” partem do uso de passados traumáticos, cada qual com sua especificidade histórica, e do trabalho com o legado e com a memória desses eventos, que encontram na internet um meio de atingir suas finalidades. Seus caminhos é que acabam por se diferir, visto que, *grosso modo*, um digitaliza e garante o livre acesso à documentação

¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/perfil-no-instagram-eva-stories-conta-trajetoria-de-adolescente-vitima-do-holocausto-23636725>. Acesso em: 20 jul, 2019.

de um vasto acervo histórico, enquanto outro escolhe tanto uma linguagem como uma abordagem narrativa própria. São tratos completamente distintos com o passado sensível e modos de comunicar que se distinguem e, por si, definem suas trajetórias. Seus públicos variam e, por conseguinte, exigem-se dos projetos abordagens que compreendam e atraiam essas audiências. Fica evidente então que uma é direcionada a jovens, a uma “geração millennial” hiperconectada da mídia social, enquanto outra direciona seu foco, não somente, mas principalmente, a um público de pesquisadores ou interessados, de modo geral, em temas relativos ao período ditatorial brasileiro.

Apesar do itinerário próprio que cada projeto determina para si, é possível encontrar pontos de convergência, de diálogo? Tendo em vista o que está sendo refletido neste artigo, a resposta é sim. A explicação parte da ideia de “história pública digital”, um meio ainda incipiente na historiografia brasileira, mas que pode fornecer caminhos analíticos interessantes para entender o que une as iniciativas.

Mesmo que não se autodeclarem nem pretendam ser projetos de história pública *per se*, são exemplos, e não modelos cristalinos, do que se pode chamar de “história pública digital”. Entendendo esse campo/abordagem como mecanismo de amplificação e divulgação de conhecimento histórico “feita para, com e pelo público” (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018, p. 12), percebe-se também que se vale do meio digital e da internet para potencializar suas possibilidades – tanto técnicas como práticas. Nesse sentido, se torna possível pensar em alternativas que levem em conta formatos, narrativas e variadas abordagens de entrelace com o público. Afinal, a argamassa dos dois projetos é a web, visto que são dependentes de funcionalidades digitais e, de outro lado, da cibercultura (LÉVY, 1999), que define suas próprias características e *modus operandi* – como no caso “eva.stories”. Ainda que possuam “largadas” similares e trajetórias distintas, os projetos teriam uma “linha de chegada” comum? A resposta está na compreensão das “línguagens” dos projetos e de suas escolhas de uso do passado.

A forma pela qual o “Brasil: Nunca Mais Digital” insere-se na discussão sobre os usos do passado pode ser entendida a partir da análise feita por Knauss em que fala sobre a transmutação de documentos, mais especificamente sobre os documentos da polícia política que “[...] nasceram para perseguir os cidadãos, considerando-os inimigos de Estado, ou ‘inimigos internos’”. Contudo, hoje eles são “[...] instrumentos da garantia de direitos dos cidadãos frente ao Estado” (KNAUSS, 2009, p. 10). Assim, existe uma “transformação de finalidade” desses documentos e uma ressignificação do próprio uso do passado, cuja finalidade é direcionada para políticas de reparação, busca pela verdade, justiça, memória e a superação desse passado junto à sociedade. A internet, portanto, torna-se um veículo potencializador dos objetivos do projeto e agregador, no sentido em que reúne em um único espaço (site) quantidades enormes de materiais documentais acessíveis a qualquer um em qualquer parte do mundo – unido aos campos de uma “história pública digital” que amplia seus “domínios” até as mais diferentes audiências, não necessariamente havendo mediação de historiadores profissionais. O “Brasil: Nunca Mais Digital” cumpre sua finalidade, que se manteve muito parecida com a ideia gerada nos anos 1970, mas que “se atualizou” para tornar possível a reflexão e a conscientização sobre os horrores da ditadura civil-militar brasileira, cujas marcas ainda são sentidas hoje.

É de modo distinto que o “eva.stories” se utiliza do passado traumático. Com a proposta de “impressionar”, levar o testemunho de Eva e uma representação da *Shoah* (atualizada para 2019), o perfil de Instagram inegavelmente alcançou espaço

na “opinião pública” e atingiu audiências em todas as partes do mundo. O projeto, então, optou por representar o traumático, o sensível, atualizando-o e inserindo linguagens e formatos que não dialogam com a experiência do Holocausto. Ao retratar um evento extremo, é preciso “levar a sério as formas de representação, [o que] significa reconhecer o seu poder de mover, influenciar, ofender e ferir” (HARTMANN, 2000, p. 208). Portanto, ao determinar a linguagem que empregaria, o projeto opta por determinada forma de narrar e de representar esse evento extremo e, dessa maneira, pormenoriza sua agência na web.

O “eva.stories” decide levar o smartphone a 1944, inserir *hashtags* aos *stories* em diferentes ocasiões e filmar em formato *selfie* momentos como a ida ao gueto judeu e até mesmo a deportação, por viagem de trem, ao campo de concentração polonês – não descrito nos diários de Eva. Além de fazer um movimento em torno da ficcionalização do testemunho, as escolhas feitas pelo projeto provocam o entendimento que o objetivo de “chocar” a audiência que assistia aos *stories* e utilizar uma linguagem “tão jovem” e tão atual no Instagram objetivava transformar o espectador em uma “*vicarious witness*” ou “testemunha de substituição” (HARTOG, 2013b). O público é atingido de tal maneira que o “exercício de empatia” se torna um instrumento que potencializa a experiência e aproxima o horror e o trauma do espectador, tornando-o, assim, partícipe daquele passado sensível. À vista disso, como se pode pensar em transformar essa audiência hiperconectada em “testemunha delegada”, trazendo a ela uma experiência de choque e de impressionismo? Visto que a experiência “[...] a ser transmitida é a de inumanidade sem comparação com a experiência do homem ordinário. É nesse sentido que se trata de experiências extremas” (RICŒUR, 2007, p. 186).

Em matéria da *ABC News*, intitulada “When a selfie goes too far: How Holocaust memorial sites around Europe combat social media disrespect”, discute-se sobre como o uso das mídias sociais pode tornar a experiência de visitar um campo de concentração algo desrespeitoso.¹⁹ Assim sendo, como não traçar um paralelo disso com o formato proposto pelos Kochavi para trabalhar com a história de Eva? Além disso, como não refletir sobre um processo de dessensibilização, que torna rotineiro ver “imagens extremas” e impede a devida reflexão e sensibilização? A respeito disso, Geoffrey Hartmann (2000, p. 208-209) menciona que “[...] a mídia nos tornou a todos coespectadores involuntários das atrocidades apresentadas plasticamente e a cada hora. A dessensibilização que descrevi leva a um medo racional: será nossa capacidade para a simpatia finita e rapidamente exaurível?”.

Dito isto, é evidente, portanto, que se trata, inevitavelmente, de “linhas de chegada” distintas entre o “Brasil Nunca Mais Digital” e o “eva.stories”. Não porque escolhem abordagens distintas, mas por que produzem resultados díspares. Acervos digitais conseguem um espaço importante na web (por exemplo, a Internet Archive e seu “Wayback Machine”) e na crescente historiografia da história digital. Mesmo que possa ser encarado como pouco atrativo a variados públicos, o “Brasil: Nunca

¹⁹ Sobre isso, vale destacar a declaração feita no perfil do @AuschwitzMuseu: “When you come to @AuschwitzMuseum remember you are at the site where over 1 million people were killed. Respect their memory. There are better places to learn how to walk on a balance beam than the site which symbolizes deportation of hundreds of thousands to their deaths”. Disponível em: <https://twitter.com/auschwitzmuseum/status/1108337507660451841>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Mais Digital” não perde sua relevância para a sociedade nem para a web. Seu foco não está, propriamente, em estruturas digitais, no acompanhamento de atualizações frequentes em softwares, mas na busca pela garantia do acesso amplo e irrestrito de documentações e da memória histórica de resistência e luta de um dos episódios recentes mais traumáticos da história nacional. No entanto, formatos como o “eva. stories” podem ser encarados, *a posteriori*, como peça publicitária ou uma experiência de sensibilização de jovens diretamente imbricada a uma “datada” usabilidade, dependente de softwares e da continuidade de interfaces que se mantenham fazendo sentido mesmo após anos ou após aceleradas atualizações. Visto que suas funcionalidades são produto do “estado da internet da época” (uma espécie de “*zeitgeist* digital”) –, conforme atualizações surgem, aplicativos, redes sociais e iniciativas ficam à mercê de obsolescências inexoráveis.

Por fim, o que se tentou fazer aqui foi entrelaçar essas duas iniciativas, quando possível, e compreender seus pontos de convergência e suas disparidades. Para conseguir colocá-las em perspectiva, foi necessário pensar no que as une, a web ou os usos que fazem do passado. E assim pensar nas contribuições que as iniciativas trazem para debates importantes na historiografia sobre passados traumáticos, memória e, mais recentemente, a relação da internet e a História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo foi possível refletir, em diferentes níveis, sobre dois projetos que utilizam o meio digital para divulgar e, cada um a sua maneira, tornar determinado passado acessível – seja facilitando a pesquisa documental, seja representando acontecimentos a partir do smartphone. Diante de suas proximidades e pontos de afastamento, o diálogo entre os projetos apontou para uma “história pública digital”. Ainda que não se pretendessem “modelos cristalinos”, apresentam seus méritos no que se refere ao enfrentamento ao esquecimento de passados sensíveis. Ao mesmo tempo, fermentam discussões importantes sobre os usos do passado e suas possibilidades no meio digital.

Por meio das novas tecnologias e desse ambiente digital, “[amplia-se] a percepção que os historiadores tinham da própria tecnologia, [e] seu uso passou a ser mais problematizado” (LUCCHESI, 2014, p. 47). Por isso, muito mais do que uma mídia ou uma ferramenta, a web torna-se também um campo de trabalho para o historiador – que cada vez ganha mais sentido e urgência no aprofundamento de suas bases metodológicas e teóricas.

O “Brasil Nunca Mais Digital” é um repositório on-line de arquivos judiciais, e seu próprio histórico de construção, desde os anos 1970, já se configura como campo de exploração de conhecimento histórico, diverso em possibilidades de pesquisa. Permite o avanço em estudos sobre o período ditatorial brasileiro, ao mesmo tempo que promove a luta pelos direitos humanos, pela memória e pela justiça.

O “eva.stories”, para além dos apontamentos feitos ao longo do artigo, é objeto de problematizações e desdobramentos analíticos que ultrapassam os limites do extenso debate sobre a *Shoah*, ou sobre a vida de Eva Heyman e sua família. Suas possibilidades configuram um campo de estudo diverso que envolve, por exemplo, a representação de situações extremas, a ficcionalização, os usos do passado e suas particularidades através da internet, as redes sociais como ambiente de propagação



de memórias e divulgação do passado etc. Dada a sua amplitude, sobre tal campo não se pôde discorrer longamente neste artigo.

Não se tratou aqui de analisar formas inteiramente distintas, ou novas abordagens de comunicar e utilizar o passado, visto que tanto acervos como produções fílmicas e literárias já trazem consigo inúmeras características dos projetos abordados neste texto. Mas, obviamente, essas iniciativas apresentam particularidades inegáveis, abordadas e explicitadas nos dois primeiros capítulos deste artigo, e que se desdobram através da internet. Tratou-se, no entanto, de formatos já conhecidos, que se reinventaram e combinaram com um ambiente “novo”, capaz de alcances e de grande relevância, tanto teórica como social.

Em relação aos historiadores, as práticas da sociedade em torno da web geram “atualizações” inegáveis e intransponíveis no *métier* dos historiadores contemporâneos, e transformam a própria prática histórica, “[...] fazendo-os cruzar os limites da academia em direção ao grande público” (SILVEIRA, 2018, p. 49). Levando em conta a concepção de diluição da autoridade do historiador, torna-se possível pensar em um ambiente digital que não se centra somente em atingir ou engajar audiências, mas capaz de incentivar agentes de divulgação e problematização do conhecimento histórico na internet.

É nesse sentido que projetos como o “Brasil: Nunca Mais Digital” e “eva.stories” podem ser altamente valiosos – além de democratizar o acesso a documentações e desenvolver estratégias narrativas de confrontação de “passados-presentes” com a sociedade, fermentam ponderações sobre práticas do campo da história, do trato com o passado e suas implicações nas estruturas de *bits* e *bytes* de atualizações aceleradas, ainda incipientes principalmente no cenário historiográfico brasileiro.

Por fim, ao longo do artigo, foi possível traçar um panorama sobre as duas iniciativas – não se limitando a classificar, adjetivar ou simplesmente descrever. Procurou-se colocar ambos os projetos em perspectiva, e então discorrer acerca das implicações dos usos do passado sensível no meio on-line. Ficou evidente, portanto, que debates e reflexões não se encerram aqui, e que se está longe de se esgotar implicações, e de determinar caminhos singulares ou conclusivos para os crescentes debates a respeito da relação entre “era digital” e a História. O que, neste momento, torna-se relevante destacar é a percepção sobre as possibilidades das estruturas da web para as práticas de historiadores e historiadoras, além dos caminhos que podem ser seguidos ao representar ou “democratizar o acesso a determinado passado”. No entanto, não se trata de gravitar em torno de uma “tecnofilia” (que empobrece o debate), mas de perceber as iniciativas como produtos de seus tempos e produtos desse meio digital que as retroalimenta. Nesse ínterim, além das ponderações já colocadas, almejou-se repensar campos e abordagens, além de encorajar o amadurecimento, tanto teórico como metodológico, de escopos ligados à “história digital” e das “humanidades digitais”. Entende-se que em um mundo em constante aceleração (HARTOG, 2012), inundado por compartilhamento de momentos “instantâneos”, o passado acaba sendo, cada vez mais, vivenciado no presente e, portanto, cabe ao nosso tempo procurar formas de lidar com novidades epistemológicas ou antigas feridas que ainda fazem parte do nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios “Nunca Mais” na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FOSTER, Meg. Online and Plugged in? Public History and Historians in the digital age. *Public History Review*, Sydney, v. 21, p. 1-19, 2014. Disponível em: <https://epress.lib.uts.edu.au/journals/index.php/phrj/article/view/4295>. Acesso em: 22 jul. 2019.

HARTMAN, Geoffrey H. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.

HARTOG, François. *A testemunha e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.

HOLLAND, Andrea. The Lost Voices: children in the Holocaust and the Dangers of the “Anne Frank Myth”. *Ex Post Facto*, San Francisco, v. 21, n. 3, p. 41-54, Spring 2012. Disponível em: <https://history.sfsu.edu/content/epf-2012>. Acesso em: 22 jul. 2019.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa do Cdhis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 40, p. 9-16, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326/4728>. Acesso em: 22 jul. 2019.

KUNT, Gergely. Ágnes Zsolt’s Authorship of her daughter Éva Heyman’s Holocaust diary. *Hungarian Studies Review*, Budapest, v. 43, p. 127-154, Spring 2016. Disponível em: http://epa.oszk.hu/00000/00010/00051/pdf/EPA00010_hsr_2016.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCCHESI, Anita. *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)*. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/26-digital-history-e-storiografia-digitale-estudo-comparado-sobre-a-escrita-da-historia-no-tempo-presente-2001-2011/file. Acesso em: 25 jul. 2019.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 74, n. 37, p. 135-154, abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MANCA, Stefania. Holocaust Memorialisation and Social Media: Investigating how Memorials of Former Concentration Camps use Facebook and Twitter. In: EUROPEAN CONFERENCE ON SOCIAL MEDIA, 6., 2019, Brighton, UK. *Proceedings [...]* Brighton: ACPI, 2019. p. 189-198. Disponível em: www.academic-conferences.org/ecsm/. Acesso em: 25 jul. 2019.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

NOIRET, Serge. História pública digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18225/liinc.v11i1.797>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PFANZELTER, Eva. Performing the Holocaust on social networks: digitality, transcultural memory and new forms of narrating. *Kultura Popularna*, Varsóvia, v. 1, n. 50, 2017. Disponível em: <https://kulturapopularna-online.pl/gicid/01.3001.0010.4081>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RAMOS, Penha Élida Ghiootto Tuão; MARTINS, Analice de Oliveira. Reflexões sobre a rede social Instagram: do aplicativo à textualidade. *Revista Texto Digital*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2018v14n2p117>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SCHWARTZ, Agatha. Éva Heyman, the Hungarian Anne Frank: Writing Against Persecution and Trauma. *Hungarian Studies Review*, Budapest, v. 42, n. 1-2, p. 117-134, Spring 2015. Disponível em: <http://epa.oszk.hu/00000/00010/00050/pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189249/001086242.pdf?sequence=1&isAllowed=true>. Acesso em: 23 jul. 2019.

RICŒUR Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

NOTAS

AUTORIA

Miguel Barboza Castro: Graduado. Mestrando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Bento Gonçalves, 9500, 91501-970, Porto Alegre, RS, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo decorre de discussões desenvolvidas ao longo da disciplina “O testemunho da história recente do Brasil: história e literatura” realizada durante o mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer os devidos agradecimentos à pesquisadora Larissa Medina Marques, a quem estimo muito, pela atenção, incentivo e as valiosas conversas que, sem dúvidas, enriqueceram as reflexões desenvolvidas. Estendo os agradecimentos à professora Mariluci Cardoso de Vargas, pela qualidade das aulas ministradas e pelos insights que acabaram por motivar a escrita deste artigo.

FINANCIAMENTO

Essa pesquisa foi financiada por bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo n. 88882.346317/2019-01.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

Rodrigo Bragio Bonaldo

HISTÓRICO

Recebido em: 2 de novembro de 2019

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2020

Como citar: CASTRO, Miguel Barboza. Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 249-263, maio/ago. 2020.

